

Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura

Report: on the border of time and culture

J. S. Faro

Universidade Metodista de São Paulo
Rua Sacramento, 230, São Bernardo do Campo, SP, Brasil
jsfaro@jsfaro.net

Resumo. A partir de ensaio que toma como referência parte da bibliografia especializada no tema, o artigo procura analisar a dupla dimensão da reportagem: como gênero jornalístico e como prática narrativa que transcende o tempo presente. Nas duas condições, a atividade profissional do repórter desvenda elementos do universo circular da cultura, tornando seu trabalho um registro da complexidade dos processos sociais.

Palavras-chave: jornalismo, narrativa, reportagem, cultura.

Abstract. From essay that takes as a reference part of the specialized bibliography on the topic, the article tries to analyze the double size of the report: how journalistic genre and how narrative practice that transcends the present time. In both conditions, the professional activity reporter reveals elements of culture circular universe, making his work a record the complexity of social processes

Key words: journalism, narrative, story, culture.

O contexto teórico-conceitual do problema

Uma boa história nunca morre
Gay Talese

A reportagem não é simplesmente um gênero do Jornalismo. Como relato que aborda um acontecimento para o qual a sensibilidade dos repórteres e dos editores percebe a potencialidade de uma história que mereça ser narrada em todas as suas dimensões, ela integra indiscutivelmente o universo operacional e etiológico das razões de ser da própria imprensa: apuração, checagem das fontes, confronto de informações, contextualização e competência descritiva do profissional. Sob esse aspecto, contar toda a história de um acontecimento converge para a própria essência do Jornalismo, mas de forma específica e fortemente relacionada com o compromisso

público do repórter e com toda a amplitude social de seu ofício, pois que ela está vinculada à perspectiva vertical com que os fatos precisam ser narrados para que recuperem e tenham inserção nos processos de *partilhamento simbólico*. Os fatos não falam por si, exceto na medida em que são conduzidos nas suas interações pela composição da lógica analítica e pelos desdobramentos que essa lógica adquire na esfera pública. É como se pode definir o partilhamento simbólico referido acima.

Essa é uma condição presente em diversas possibilidades narrativas, mas tudo indica que é no Jornalismo, através da reportagem, que ela assegura sua integridade de registro comprometido com a fatualidade. Ao ser entrevistada por Edvaldo Pereira Lima em *Páginas Ampliadas* (1993), Cremilda Medina referiu-se a essa espécie de *síndrome de substância* (como a chamamos aqui) da qual a reportagem se reveste e que acaba sendo incorporada ao desafio

enfrentado pelo profissional da imprensa, mas não só em razão da distinção social da informação; também em razão das implicações políticas que a narrativa do repórter adquire no momento em que o espaço de sua matéria é também o espaço da polifonia e da polissemia reunidas em torno das diversas angulações que o registro jornalístico permite.

Em outra oportunidade (Faro, 1999), apontamos para uma dimensão dialética daquela *síndrome de substância*: a superação dos próprios padrões convencionais do texto jornalístico consubstanciados em normatizações de tal forma limitadoras da obsessão pela abrangência da apuração que não é estranha sua aproximação com códigos narrativos que passaram a beirar a escrita plena de liberdade da concepção literária. É certo que essa disposição transgressora do texto do repórter – também acontecida no âmbito das práticas que deram origem ao *new journalism* (Wolfe, 1976) – correspondia a um contexto cultural que privilegiava e contemplava as inquietações políticas e existenciais dos jornalistas nos anos 60, mas o ponto de partida dessa iniciativa era essencialmente o do aprofundamento objetivo dos fatos, ainda que isso custasse o recurso à proliferação de elementos exuberantes e rebuscados com os quais a *moldura* acessória eventualmente se sobrepunha à tela... mas quase sempre o resultado foi uma averiguação mais encorpada do assunto, uma densidade mais consistente de abordagem e um prestígio mais amplo da prática profissional. Não é uma casualidade que, no exterior (notadamente nos Estados Unidos) e no Brasil, os jornalistas daquela geração acabaram se tornando referências e paradigmas indiscutíveis da grande reportagem.

Seja como for, veio (e ainda vem) dessa experiência a possibilidade de que o Jornalismo se faça mais inteligente na sua percepção do real e que assegure à competência e à iniciativa crítica o espaço das suas possibilidades de abordagem. Não é preciso enfatizar que essa matriz das práticas jornalísticas foi se construindo paulatinamente por um longo período da história da imprensa ocidental e acabou mesmo por se consagrar como ingrediente na construção dos imaginários sociais através dos quais a figura do repórter ficou registrada em quase todos os matizes: irreverência, *savoir-faire*, aventureirismo, marginalidade, boemia, desorganização formal e displicente ou desmazelado da proximidade do material do trabalho ao lado da rigorosa disciplina observadora de sua expressividade e... um *ethos* inconfundível.

Todos esses continuam sendo os valores da construção idílica de um dos personagens centrais da modernidade pois que está na sua atividade um certo tipo de salvo-conduto para que ele se torne porta-voz das correntes de opinião que se desconfortam com o simulacro dos jogos do poder, quaisquer que sejam as origens ou as motivações desses jogos.

Pode-se concluir à guisa de uma breve antecipação: a apuração jornalística na confecção da reportagem acabou inscrevendo na esfera pública um instrumento valioso de cognição, argumentação e de deliberação que não se perde na sua essência mesmo quando uma suposta *crise geral das narrativas* (entre elas, o gênero de que nos ocupamos aqui) é apontada como incontornável e definitiva. Mais que isso: com a constatação ou não de uma mudança nos padrões de leitura do público, a prática da investigação jornalística trouxe para dentro da imprensa um centro de gravitação que a tem sustentado de forma permanente, como herança de seu *habitus* e mesmo como alternativa de sobrevivência.

A discussão

No entanto, a reportagem não é só isso. É possível entender o exercício da narrativa do repórter como um processo que transmite informações numa sequência de encadeamentos que resultam em nexos, em articulação formalmente lógica que alimenta e instrui a cognição sobre o real. Uma narrativa, portanto, é uma história, e esse é o seu aspecto universal; mas a narrativa jornalística de alta densidade investigativa é uma história que se desenrola em torno de elementos objetivos que se mesclam com a subjetividade do repórter, fato que a distingue de outras formas de narrar. Ela supõe um conjunto racional de causalidades e um outro conjunto racional dedutivo e criador em torno da massa de acontecimentos que explicam seus efeitos, painel com o qual o profissional estará irremediavelmente comprometido já que a ele não é permitida a evasão do real ou a reinvenção da realidade como acontece com o ofício da criação ficcional; mas também a ele não é dada a prerrogativa de ignorar a potencialidade e a intensidade dramática dos fatos. Nessa simultânea ambivalência, a reportagem emerge como integrante da história da cultura e como tal dotada de uma complexidade fenomênica que a subtrai do presente e a leva para o território da construção mítica atemporal, dos arquétipos, espécie de padrões sintetizadores

da experiência antropológica e existencial do repórter com os fatos que investiga.

Essa aproximação dos dois universos narrativos, como podemos chamá-los aqui, ganha uma das principais contribuições na antologia *Cultura do Romance*, organizada por Franco Moretti (2009). Embora o objeto de estudo dos autores reunidos na obra seja a literatura de ficção, vários deles desdobram suas reflexões sobre o painel sócio-cultural mais amplo dos registros da “narratologia”, conceito que nos parece ter sido suficientemente descrito e fundamentado no clássico ensaio *Para uma antropologia da notícia*, de Luiz Gonzaga Motta (Motta, 2002) e que ofereceu aos estudos do Jornalismo chaves preciosas para o entendimento da reportagem. Na obra de Moretti, Jack Goody (2009), cujo texto *Da oralidade à escrita* nos parece o mais abrangente do capítulo sobre as narrativas, se apoia em Fredric Jameson para afirmar que seu estudo remete à problemática da “ideologia, do inconsciente e do desejo, da representação e da produção cultural”, significando que ela (a narrativa) situa-se como “função básica ou instância da mente humana”, como diz o mesmo Jameson (1992), o que pode permitir um tal abrangência dos relatos (estejam eles em quaisquer gêneros que estiverem) que não é impossível classificá-los como produtos da apreensão simbólica do real, fato que colocaria o profissional da grande reportagem numa fronteira muito mais ampla do que o exercício operacional da investigação positiva dos acontecimentos permite deduzir. O próprio Goody avança nessa possibilidade:

Não há muito o que dizer sobre uma intenção tão extraordinariamente ambiciosa, baseada numa ideia de narração onipresente. E Jameson não é o único a fazer um tal uso do termo. Alguns psicólogos consideram o ato de contar histórias o modelo principal do ato cognitivo; e alguns filósofos julgam que a criação de narrativas seja uma das capacidades fundamentais do gênero humano (Goody, 2009, p. 37. Grifo nosso).

No entanto, é em Stuart Hall que Goody encontra o núcleo fundamental que nos dá maiores elementos para vincular esse cenário conceitual com o Jornalismo: para Hall, “tendemos a fazer uma distinção simples demais e falsa entre narrativas sobre o real e narrativa de ficção, isto é, entre notícias e histórias de aventura” (Hall, in Goody, 2009), conclusão consolidada pelo autor na lembrança de que essa transculturalidade da experiência da narrativa é intrínseca ao discurso linguístico,

o que tornaria a segregação de qualquer uma delas um formalismo arbitrário que empobreceria o seu entendimento:

(...) como entender se alguém está nos enganando, ou se está nos contando uma história inventada, de ficção? Como observou Orwell a propósito da Catalunha, em Lutando na Espanha:

“Essas coisas me assustam, porque me dão a sensação de que o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo. Depois de tudo, poderia acontecer que essas mentiras, ou, de qualquer maneira, mentiras semelhantes, se tornam a história” (Goody, 2009, p. 37).

Não haveria pois como identificar e distinguir rigidamente na matéria prima da reportagem – tal como vimos construindo o seu entendimento até aqui – um conteúdo factual, carregado dos clássicos valores-notícia e pertencentes à órbita exclusiva da informação, daqueles outros de perfil localizado em espaços que transcendem a positividade do real e pertencentes à linha da interpretação – que é, esta última, a categoria tradicionalmente referida para a classificação do gênero reportagem. Aliás, é a pesquisadora Pamela Shoemaker, em referência colhida na tese de Marcos Paulo da Silva, *A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana* (Silva, 2013), quem ressalta – também com apoio em Stuart Hall – “que embora classificáveis em categorias, os critérios de noticiabilidade não deixam se representar uma ‘concepção escorregadia’ aos estudos de Jornalismo”: ser inaudito não é suficiente, diz o autor da tese; é preciso “relevância social como dimensão da noticiabilidade” (Silva, 2013, p. 46)

Marcos Paulo da Silva prossegue atrás de uma especificação dos valores-notícia como representação cultural, mas nos oferece uma pista importante para que seja possível aprofundar a hibridez que acompanha a reportagem o tempo todo: da apuração à confecção narrativa do texto (Silva, 2013, p. 57):

O processo de significação dos acontecimentos (...) é interpretado por Hall (1981b, p.235) como decorrência de dois aspectos fundamentais e interligados: a operacionalização propriamente dita dos valores-notícia e o limiar ideológico imbricado nessa dinâmica (HALL, 1981b, p.231). Primeiro desses aspectos, os valores-notícia podem ser identificados “na elaboração de uma história em termos da ideologia profissional das notícias, isto é, com base no entendimento do senso

comum sobre o que constitui um item noticioso no discurso jornalístico". O nível ideológico, por seu turno, localiza-se na elaboração de uma história em termos de interpretações de temas socialmente conotados (Silva, 2013, p. 57).

Ora, parece-nos que no momento dessa compreensão a fronteira entre o que é ficcional e o que não é transforma-se numa malha de tons em *chiaroscuro* que põe por terra toda a pretensão de objetividade da reportagem pois que a narrativa *verticalizada* em torno de um fato arremete, à frente de sua positividade, a perspectiva *horizontalizada* – que contorna a *verdade literal*, elude sua ancoragem filosófica e deixa de trabalhar com o paradoxo do que é *mentira* substituindo-o por aquilo que *não é verdade* (Gomes, 2009).

Naturalmente, as possibilidades de que dessa constatação nos leve a um tratado filosófico em torno dos critérios da verdade objetiva nas práticas do Jornalismo escapa às pretensões deste trabalho. Pensamos, no entanto, que é suficiente apreender que o simples questionamento do critério da objetividade permite concluir que a reportagem, como em nenhum outro gênero, produz a dupla dimensão gerada pelos imperativos de sua própria sua natureza: ao não se conformar com o meramente episódico e irrepetível, e ao buscar nele elementos que o possam equiparar à generalidade dos acontecimentos carregados da tragicidade do humano e superar o déficit de produção universalizada do conhecimento que nos parece componente estrutural do Jornalismo (Pontes e Karam, 2009), o repórter avança sobre uma outra natureza espaço-temporal dos fatos que observa, uma natureza marcadamente situada no território da cultura. Em síntese, produz o que Cremilda Medina conceitua como uma "narração noticiosa", e é aí que nos parece residir a especificidade mais intrincada do gênero:

As linhas do tempo e do espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear (...) a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato.

(...)

Foge-se aí das fórmulas objetivas para formas subjetivas, particulares e artísticas. (...) Nesse momento, só se diferencia do escritor de ficção

pelo conteúdo informativo de sua narração, por isso narração noticiosa (Medina, 1978, p. 134. Grifos nossos).

O entendimento sobre o que conceituamos como natureza espaço-temporal da reportagem se dá, por isso, em dois níveis. O primeiro é o da inserção dos acontecimentos na perspectiva do tempo, a historicidade dos eventos como variável estruturante da narrativa; o segundo nível é do tempo da *diacronia semântica*, passível de embaralhar significados ao longo de uma linha aparentemente incoerente e desconexa de interpretação dos fatos. A simultaneidade, no entanto, e a racionalização simbólica desse processo de *posse* do real, parece-nos a marca fundamental do painel que o repórter disciplina e submete à sua compreensão e sobre a qual produz a essência da investigação: um tempo que pode ser identificado como dotado da circularidade dos processos de cognição da complexidade do real. Quando isso acontece – e na grande reportagem isso é quase invariável e intermitente – o mergulho no perímetro da cultura foi dado: pode ter ocorrido aquilo que João Carlos Corrêa chama de "corporalização enunciativa", uma mobilização do leitor praticada pela disponibilidade da personificação que se estende à investigação (Corrêa, 2009, p. 28).

A lógica dessa possibilidade reside e encontra sua justificativa na relação que os fatos de qualquer natureza têm com a existência cultural dos processos da vida, mais do que sua ligação com os fragmentos dispersos e desconexos da relação do indivíduo com a sua circunstância. E, nesse caso, o tempo cronometrado, aquele tempo capaz de ser registrado em unidades físicas de espera e de percepção, cede em importância ao tempo das estruturas de significados que podem ser colocados no plano mítico.

Essa nos parece ser uma sucessão de fenômenos tão simples que o próprio Jornalismo carrega consigo, na etimologia, o sentido que reforça essa sua outra face, pois que o disciplinamento e a rotinização do tempo (Diogo, 2005), tal como parecem ter ficado consagrados nas práticas profissionais, são apenas uma das formas de organização do conhecimento e, segundo entendemos, das menos expressivas do ponto de vista da teia de relações que os fatos carregam consigo e as que têm menos condições de indagar sobre a natureza dos processos sócio-culturais. Segundo Maria Cezar Diogo,

(...) a palavra *periodismo* relaciona-se à ideia de caminho ao redor do sol, círculo, giro, revolução dos astros, período de tempo. O adjetivo *periódico*, substantivado pela imprensa, traz em seu significado a ideia de algo que aparece de tempos em tempos. Esses dados chamam a atenção para duas questões relativas ao *periódico*: a insistência da definição na ideia de giro, de circularidade, de algo que retorna; e a questão de uma permanente relação com o tempo (Diogo, 2005, p. 460).

Considerações finais

Certamente é na busca pela amplitude dessa concepção de reportagem que os profissionais se encontram sempre comprometidos com a dilatação do campo de observação dos assuntos que instigam matérias de grande envergadura narrativa, mas isso está longe de se constituir numa lavratura cujo objetivo é o acúmulo de informações; ao contrário: como pondera e adverte Cremilda Medina (1978), é uma postura que se aproxima mais de um esgotamento compreensivo e de uma exaustão interpretativa que sejam capazes de oferecer a ele, profissional, e ao público que o lerá, uma compreensão que lhes permita a medida circular, histórica, existencial e mítica dos fatos narrados.

Uma análise da reportagem que não visualize esse território hibridizado do presente com os acontecimentos que o influenciam parece-nos observar o gênero apenas através de seus elementos formais, o que é pouco para uma epistemologia da investigação jornalística. É o caso, por exemplo, da análise feita por Lirácio Girardi Jr em *A reportagem como experiência etnográfica*. Segundo esse autor,

(...) dentro do jornalismo, a reportagem é o campo privilegiado no qual uma espécie de prática etnográfica pode ser experimentada, embora venha a se parecer mais com uma caricatura da etnografia, na qual falta uma preocupação com a “totalidade”, com a inserção do acontecimento cotidiano na totalidade das práticas vividas no bairro ou na cidade (Girardi Jr., 2000, p. 206)

Embora ressalte que o adjetivo “caricatura” não tenha sido usado com qualquer conotação pejorativa, é sugestivo que Girardi Jr. recorra a Robert Park (1970) para reafirmar o sentido incompleto da etnografia praticada pelos repórteres. Para Park,

(...) a notícia não é História, e seus fatos não são fatos históricos. Não é História porque, em primeiro lugar, (sic) se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los uns aos outros nem como sequência causais nem como sequências teleológicas. A História não só descreve os acontecimentos mas também procura colocá-los no lugar que lhes cabe na sucessão histórica e, fazendo-o, descobrir as tendências e forças subjacentes que neles encontram expressão.

Com efeito, não andaria muito errado quem supusesse que a História se interessa tanto pelas conexões dos acontecimentos - a relação entre os incidentes que precedem e os que seguem - quanto se interessa pelos próprios acontecimentos. Por outro lado, à diferença do historiador, o repórter procura tão somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre, e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente (in. Girardi Jr., 2000, p. 206).

O estado da arte na discussão sobre os gêneros jornalísticos parece ter chegado a uma compreensão mais ambiciosa do que essa, malgrado o fato de que a carga funcionalista da visão de Park tenha estabelecido com alguma pertinência a diferenciação necessária entre ofícios de natureza diversa como são os do repórter e o do historiador. Todavia, no território da cultura, depois de décadas de questionamento dos paradigmas segmentadores das práticas comunicacionais, distinções pragmáticas são agora de difícil aceitação e eventualmente insuficientes para dar conta da complexidade do fenômeno da narrativa. O exemplo que dá apoio a essa interpretação é a obra de Lia Seixas (2009) para quem, de acordo com a sua principal hipótese de estudo, o terreno da *comunicação* - um campo de força mais aglutinador que o código operacional do gênero propriamente dito - define a narrativa:

os principais critérios de definição do gênero jornalístico são condições extralinguísticas constitutivas do processo comunicativo. Embora a organização do discurso (...) seja uma condição de realização, como aspecto interno tem menor força na definição do gênero do que outras condições como finalidade reconhecida, estatuto dos participantes, lugar e tempo legítimos... (Seixas, 2009, p. 5).

Mas é no momento de seu livro em que trata do gênero *interpretativo*¹ que Lia Seixas oferece

¹ Tomando como base a clássica e consagrada definição de Marques de Melo (1987), Seixas (2009) aponta a “reportagem em profundidade” como integrante dos cinco gêneros básicos de uma classificação brasileira dos modos de produção do Jornalismo.

as referências fundamentais para o entendimento do alcance contextualizador da grande reportagem, elemento que a retiraria do campo estrito da cobertura factual, pois como afirma Beltrão (*in* Seixas, 2009, p. 66), não apenas o fato, tratado de maneira interpretativa, remete à “realidade contextual”, como “a unidade interpretativa permitiria uma dose maior de análise crítica do autor-jornalista (...)”.

Como se pode observar, portanto, não há na literatura mais atual sobre os gêneros jornalísticos qualquer reticência ou hesitação sobre a natureza antropológica da reportagem e sobre a interface que ela tem com um determinado tipo de autoria discursiva que a retira do território de observação informativo como estruturante fundamental da prática profissional. O que há de ser observado em primeiro lugar, segundo entendemos, é a inserção dessa perspectiva híbrida nas formulações teórico-metodológicas que estudam o Jornalismo. Procedimentos como os da Análise de Discurso e os da Análise de Conteúdo tão em voga nas pesquisas acadêmicas que procuram desvendar as experiências concretas das narrativas da imprensa, antes e depois do impacto das tecnologias digitais, devem levar em conta esse estado de latência aparentemente ambivalente, mas bastante pertinente à natureza do fenômeno, quando procuram entender a prática da reportagem. Parece-nos inócuo que o elenco de categorias dispostas como protocolos de análise de um e de outro método fique restrito ao seu senso imediato, esvaziadas – as categorias – daquela energia significativa que o jornalista foi capaz de disponibilizar para si e para seu público. Quando isso ocorre, o risco é o de que a pesquisa acabe mais acanhada que a riqueza do objeto sobre o qual se debruça.

Em segundo lugar, parece-nos (apenas como uma especulação destinada a provocar novas reflexões) que residem nessa dupla e aparentemente heterogênea estrutura da reportagem – imediatismo factual sincrônica/ abrangência cultural diacrônica – as razões que explicam a persistente relevância social com que o gênero é apreciado em qualquer circunstância, sempre associado aos atributos distintivos do profissional e constitutivo da substância do capital simbólico de que desfruta no cenário da esfera pública. Vem de Antonio Cândido (2001) uma breve ponderação que nos ajuda a entender qual é a origem estética e conceitual do prestígio da narrativa que vai além da “fidelidade documentária” e da “aparência dos fatos e coisas descritas”:

“a representação mimética do mundo”, pode não ser – e acreditamos que não o seja efetivamente – a maneira mais eficaz de informar sobre a realidade, pois que esse realismo vulgar está esvaziado de seu sentido dialético e integrador. Pelo caminho do Jornalismo, a reportagem consegue superar esse dilema. Ou o contrário: pelo caminho da reportagem é o Jornalismo que o ultrapassa.

Referências

- CÂNDIDO, A. 2001. *Realidade e realismo (via Marcel Proust)*. In: A. CÂNDIDO, *Recortes*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 126-135.
- CORRÊA, J.C. 2009. *Teoria crítica do discurso noticioso*. Covilhã, Labcom, 194, p. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110819-correia_teorica_critica_discurso_noticioso.pdf. Acesso em: 10/05/2013.
- DIOGO, M.C. 2005. *O moderno em revista na cidade do Rio de Janeiro*. In: S. CHALHOUB; M.S. NEVES; L.A.M. PEREIRA (Orgs). *História em coisas miúdas*. Campinas, Editora Unicamp, p. 459-489.
- FARO, J.S. 1999. *Revista Realidade, 1966-1968. Tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre, Ulbra/AGE, 285 p.
- GIRARDI JR. L. 2000. *A reportagem como experiência etnográfica*. In: *Anuário de Jornalismo*. São Paulo, Cásper Líbero, p. 198-213.
- GOMES, W. 2009. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis, Insular, 112 p.
- GOODY, J. 2009. Da oralidade à escrita. In: F. MORETTI (Org.). *A cultura do Romance*. São Paulo, Cosacnaify, p. 35-67.
- JAMESON, F. 1992. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo, Ática, 305 p.
- MARQUES DE MELO, J. 1987. *Gêneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo, Editora FTD, 128 p.
- MEDINA, C.A. 1978. *Notícia. Um produto à venda*. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 191 p.
- MORETTI, F. 2009. *A cultura do romance*. São Paulo, Cosacnaify, 1120 p.
- MOTTA, L.G. 2002. Para uma antropologia da notícia. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, XXV(2):11-41.
- PARK, R. 1970. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: C.S. STEINBERG (Org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Cultrix, p. 168-185.
- PEREIRA LIMA, E. 1993. *Páginas Ampliadas*. Campinas, Editora da Unicamp, 271 p.
- PONTES, F.S.; KARAM, F.J. 2009. A pertinência da categoria singularidade de Adelmo Genro Filho para os estudos teóricos em Jornalismo. *Estudos em Comunicação*, 6:147-165.
- SEIXAS, L. 2009. *Redefinindo os gêneros jornalísticos: Proposta de novos critérios de classificação*. Covilhã, Labcom, 369 p.

SILVA, M.P. 2013. *A construção cultural da narrativa noticiosa. Noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana*. São Bernardo do Campo, SP. Tese de doutorado. Universidade Metodista de São Paulo, 244 p.

WOLFE, T. 1976. *El Nuevo Periodismo*. Barcelona, Editorial Anagrama, 216 p.

Submetido: 03/06/2013

Aceito: 14/07/2013